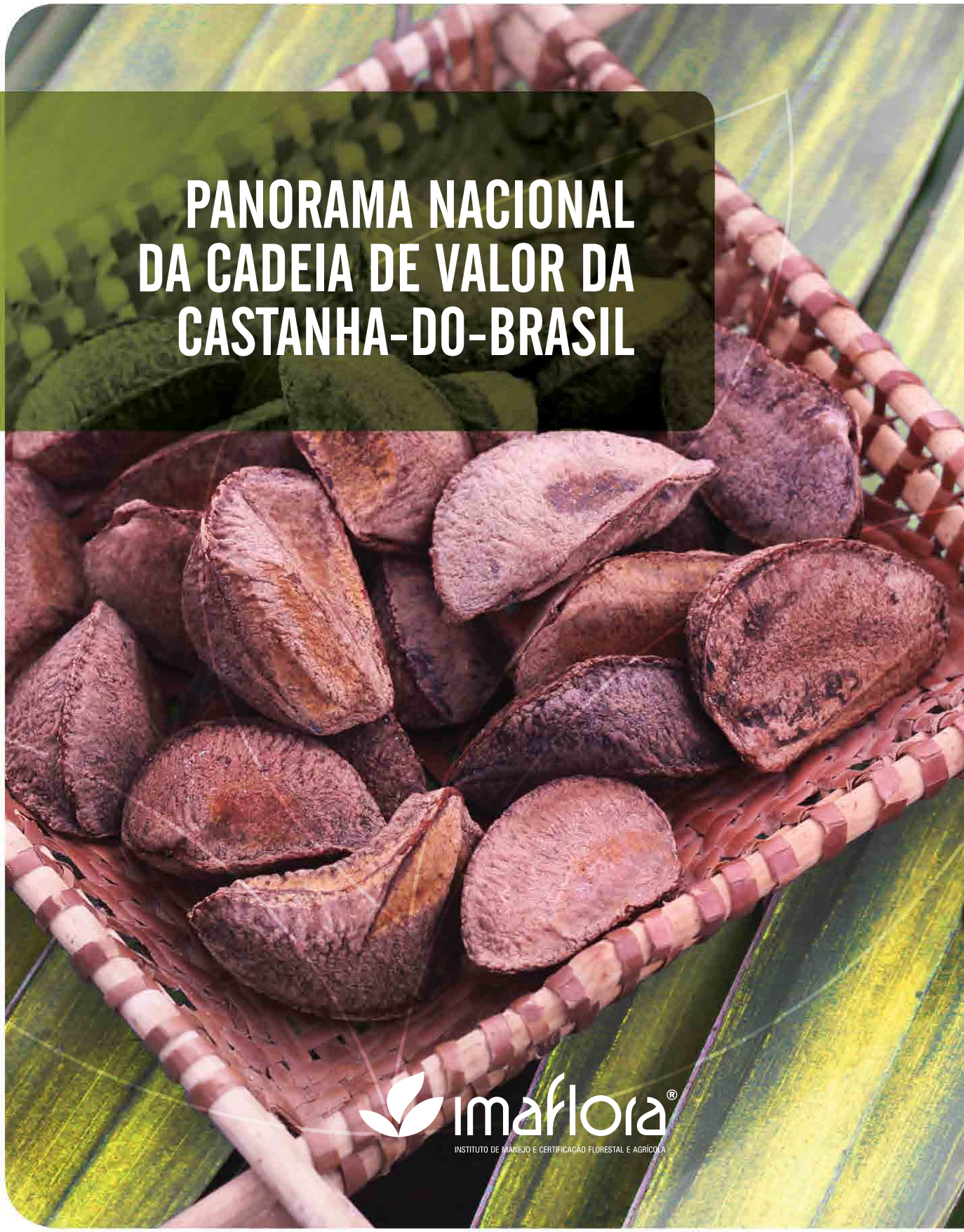
PANORAMA NACIONAL DA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL



imaflora®

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

imaflora®

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

O **Imaflora®** *é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.*

ÍNDICE

CASTANHA-DO-BRASIL: CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA 08

BRASIL, O SEGUNDO NO *RANKING* DA PRODUÇÃO MUNDIAL 18

PRODUÇÃO EXTRATIVISTA BUSCA RECONHECIMENTO 28

DA FLORESTA AO CONSUMO FINAL 36

RUMO À MUDANÇA DE PARADIGMA 52

PREFÁCIO

A castanheira é uma das árvores mais altas da floresta, sempre imponente pairando a 50 metros de altura sobre as copas das demais árvores, daí ser conhecida também como a Rainha da Floresta. Seus frutos, que demoram mais de um ano para amadurecerem, carregam sementes preciosas que alimentam e são fonte de renda para milhares de famílias na bacia amazônica.

A castanha-do-pará, castanha-do-brasil ou castanha-da-amazônia foi durante muitos anos, junto com a borracha, um dos principais produtos de exportação da Amazônia. Depois de um declínio da produção e comércio nas últimas duas décadas, começou a se recuperar nos últimos anos.

Além das propriedades nutricionais excepcionais a castanha é também um símbolo da sócio-biodiversidade. Sua polinização só ocorre em florestas bem conservadas. Por isso, as tentativas de domesticar a castanheira não prosperaram e a produção de castanha depende da coleta feita por populações tradicionais em florestas naturais que se mantêm conservadas.

Esta publicação coloca luz sobre a cadeia de valor da castanha do Brasil, da floresta ao consumo nos grandes centros urbanos, começando na forte relação de interdependência das populações tradicionais e a castanheira. Quando for comer a sua próxima castanha, seja pura, no pão ou qualquer outro produto, lembre-se desta história.

Tasso Azevedo

Engenheiro florestal, empreendedor socioambiental, e vice-presidente do Conselho Diretor do Imaflora. Tasso foi diretor do Serviço Florestal Brasileiro e do Programa Nacional de Florestas e conselheiro sênior do Ministério do Meio Ambiente. Em 2013, recebeu o prêmio Bright Award (Universidade Stanford/USA) por seus esforços inovadores que diminuíram o desmatamento na Amazônia.

Conselho Diretor
Adalberto Veríssimo
André Villas-Bôas
Maria Zulmira de Souza
Sérgio Esteves
Maria Celia M. Toledo Cruz
Tasso Rezende de Azevedo
Ricardo Abramovay

Conselho Consultivo
Mário Mantovani
Marcelo Paixão
Marilena Lazzarini
Rubens Mendonça

Conselho Fiscal
Adauto Tadeu Basílio
Erika Bechara
Rubens Mazon

Sec. Executiva
Laura de Santis Prada
Eduardo Trevisan Gonçalves

Comunicação
Priscila Mantelatto
Marina Jordão
Fátima Nunes
Diuliane Silva

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

Panorama nacional da cadeia de valor da castanha-do-brasil / Renata Adriana de Toledo; Carina Semaglia Gomes; Patrícia Cota Gomes; Roberto Palmieri - Piracicaba, SP: Imaflora, 2016. 60 p; 21 x 28 cm.

ISBN 978-85-98081-77-9

1. Estudo de mercado - Castanha. 2. Castanha. 3. Cadeia de valor - Castanha.
4. Amazônia. Panorama nacional da cadeia de valor da castanha-do-Brasil.

creative commons

Essa licença não vale para fotos e ilustrações, que permanecem em copyright. NOTA INSERIDA NA CONTRACAPA.

Realização
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora®)

Coord. do estudo
Patrícia Cota Gomes

Autoria do estudo
Renata Toledo
Carina Sernaglia Gomes
Patrícia Cota Gomes
Roberto Palmieri

Coord. de pesquisa
Renata Toledo

Equipe de pesquisa
Renata Adriana de Toledo
Carina Sernaglia Gomes
Isabel Garcia Drigo

Editor
Sérgio Adeodato

Revisão técnica
Jeferson Straatmann
Instituto Socioambiental
Maurício Voivodic
Luis Fdo. Guedes Pinto
Rocio Chacchi Ruiz

Revisão gramatical
Cimara Pereira Prada

Edição visual e infografia
Thiago Oliveira Basso

Fotografia
Rafael Salazar
Peter Hermes Furian
Acervo Imaflora®
shutterstock.com

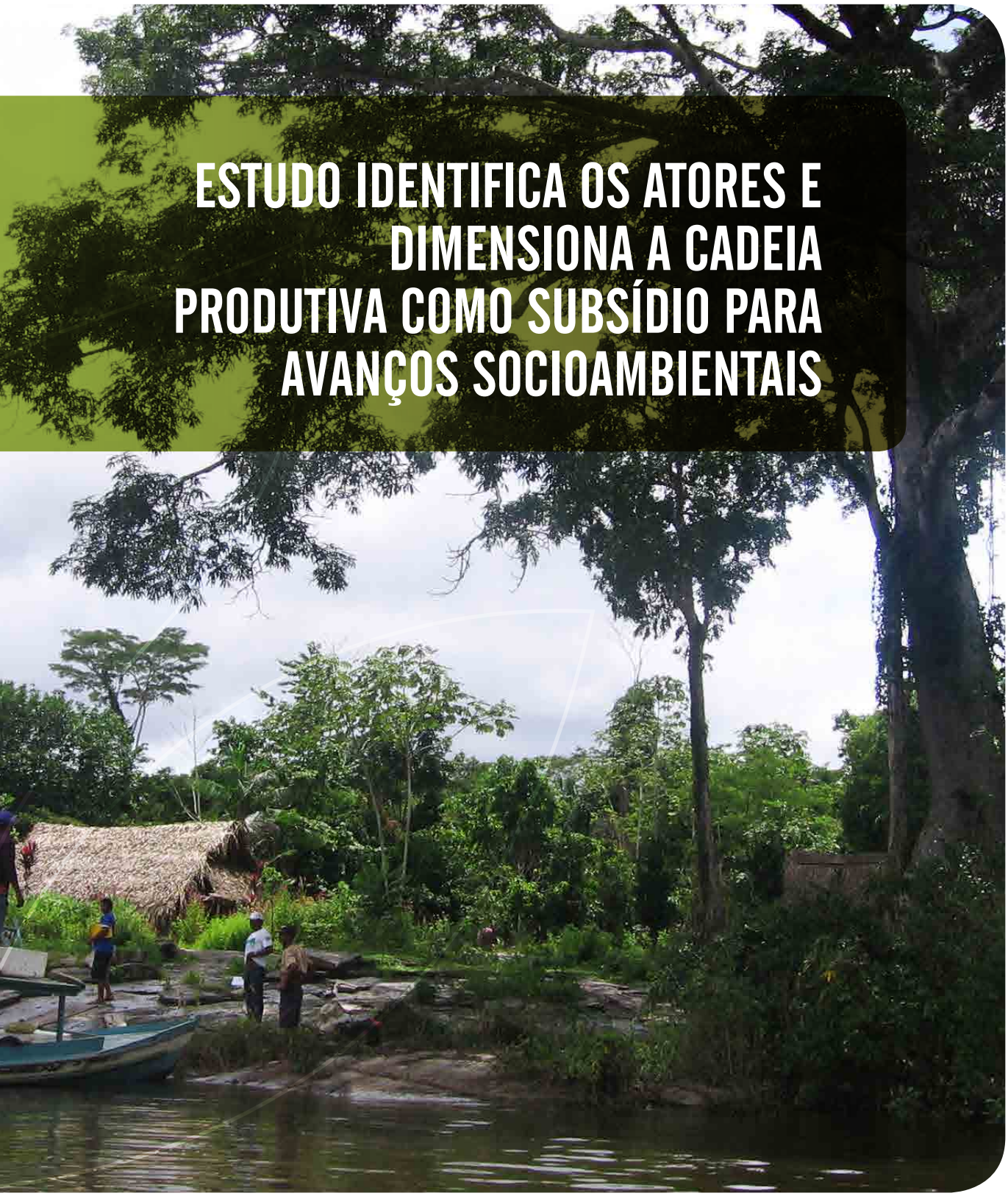
Agradecimentos
Ao José Rivero, pela ajuda nas análises estatísticas.
Ao *Instituto Socioambiental* pelo estímulo para realização do estudo, apoio na análise dos resultados e revisão técnica do estudo.
Às empresas, usinas, organizações comunitárias, informantes-chave e demais elos da cadeia que participaram do estudo e cederam informações fundamentais à realização deste estudo.

Apoio financeiro
Fundo Vale
Fundação Moore

CASTANHA-DO-BRASIL: CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

imaflora®
INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

ESTUDO IDENTIFICA OS ATORES E DIMENSIONA A CADEIA PRODUTIVA COMO SUBSÍDIO PARA AVANÇOS SOCIOAMBIENTAIS



COM 5,02 MILHÕES de km², correspondentes a 61% do território nacional, a Amazônia Legal brasileira está no centro das atenções nacionais e internacionais por abrigar a maior floresta tropical do planeta, fonte incomensurável de recursos naturais com inegável potencial econômico e de serviços vitais, como o suprimento de água e de alimento e a regulação do clima global. Ninguém duvida: a produção florestal da região, que tem na extração de castanha-do-brasil uma das atividades mais relevantes, está diretamente relacionada aos maiores desafios socioambientais do planeta na atualidade.

Um dos principais desafios é a urgência do enfrentamento das mudanças climáticas globais, uma vez que as alterações de uso da terra, como o desmatamento, foram responsáveis, em 2014, de acordo com o SEEG (Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa), por 31,2% de toda emissão de gases de efeito estufa do País.

Para além das ações de repressão e fiscalização contra o desmatamento e da criação de áreas protegidas na forma de reservas e terras indígenas, a promoção do uso sustentável tem sido apontada como estratégia de médio-longo prazo, essencial à agregação de valor e conservação da floresta, com maior escala de benefícios para quem retira dela o sustento e a protege. Nesse cenário desafiador, o extrativismo de produtos da sociobiodiversidade ganha relevância cada vez maior pela capacidade de contribuir para estabelecer novo padrão de desenvolvimento na Amazônia, mais justo e menos predatório.

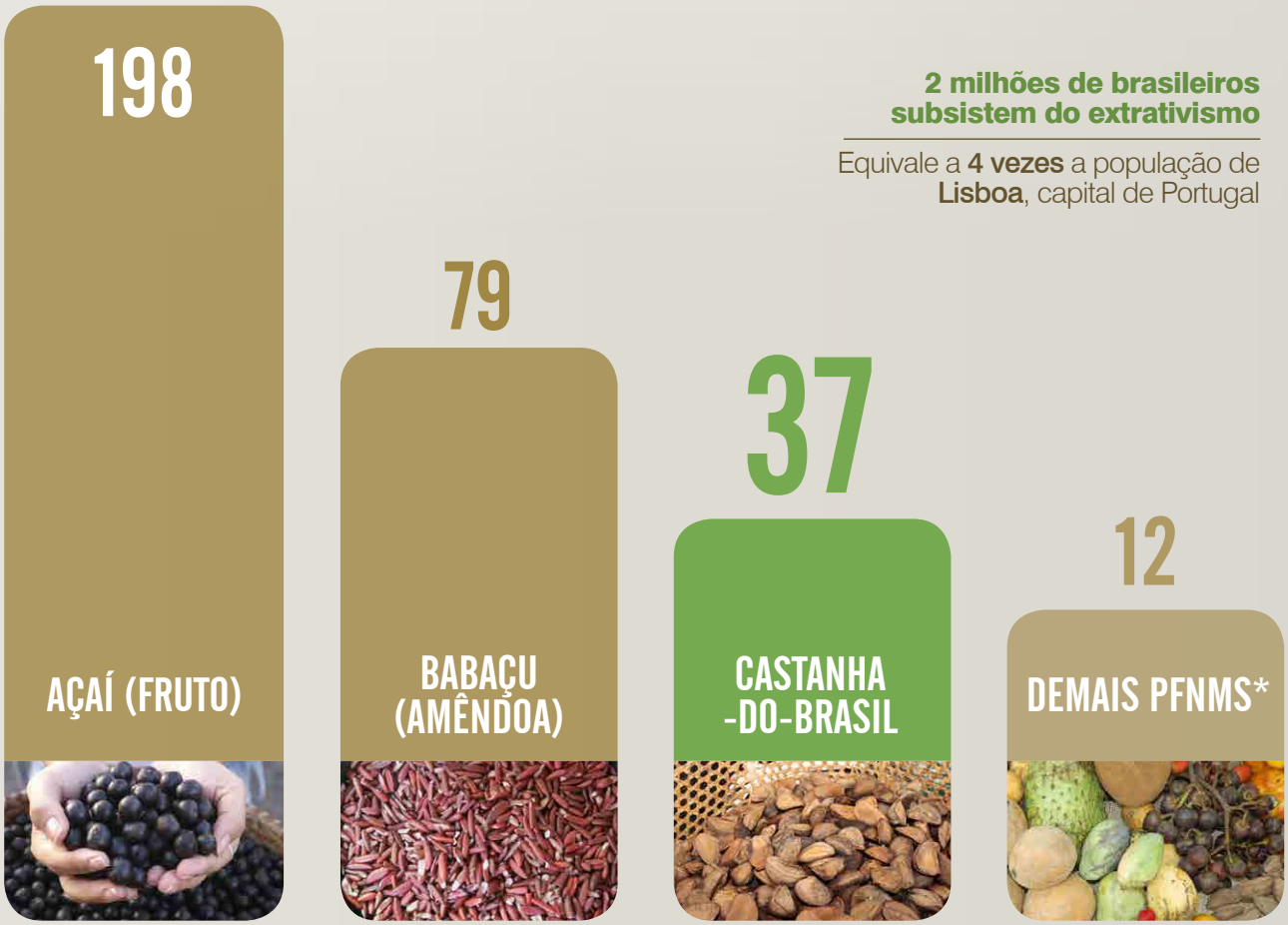
Nessa direção, o componente ambiental alia-se ao econômico e ao social. Na região, cerca de 2 milhões de habitantes têm no extrativismo a sua principal atividade econômica, cenário em que a castanha-do-brasil tem grande relevância devido a fatores como a tradição secular da coleta e a crescente utilidade industrial. A castanha figura ainda entre os cinco produtos de maior importância socioeconômica para a Amazônia e ocupa o terceiro lugar em volume de produção.

VOLUME DA PRODUÇÃO EXTRATIVISTA (MIL TONELADAS) DA AMAZÔNIA LEGAL

A castanha-do-brasil está na terceira posição, em volume de produção, atrás do açaí e do babaçu.

2 milhões de brasileiros subsistem do extrativismo

Equivale a **4 vezes** a população de **Lisboa**, capital de Portugal



* PFNMS - Produtos Florestais Não Madeireiros.

Fonte: Elaborado com dados do IBGE, 2015.

O ESTUDO DO IMAFLORA SOBRE A CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL

Produto é importante para os países da América do sul, em especial para o Brasil, por possuir características únicas.

Praticamente toda a produção que abastece o mercado mundial depende da conservação das florestas amazônicas – região de ocorrência dessa espécie – e do trabalho das populações que tradicionalmente as coletam.

Esses fatores, aliados à necessidade de conhecer os principais compradores nacionais do produto e suas práticas de comercialização, bem como entender o contexto atual deste mercado, motivaram o IMAFLORA a coordenar um estudo da cadeia de valor, entre outubro de 2014 e dezembro de 2015.

O estudo foi estruturado em três etapas. A primeira identificou os atores-chave de cada elo; em seguida, consultou os principais atores, e, posteriormente, realizou entrevistas (preferencialmente presenciais) com aplicação de questionários qualiquantitativos.

Na segunda etapa, de caráter analítico, foram organizadas e analisadas as informações obtidas na primeira fase e realizado um levantamento minucioso acerca das informações secundárias e publicações disponíveis sobre a cadeia da castanha-do-brasil.

A partir dessas informações organizadas, na terceira etapa a pesquisa aprofundou o entendimento sobre os principais compradores e segmentos que mais demandam a castanha-do-brasil no mercado doméstico, além do funcionamento da cadeia e do processo de agregação e distribuição de valor ao longo dos elos.

INVESTIGAÇÃO DE CAMPO E ANÁLISES

O estudo contou com uma amostragem significativa de entrevistas para revelar o panorama atual da cadeia de valor da castanha-do-brasil.

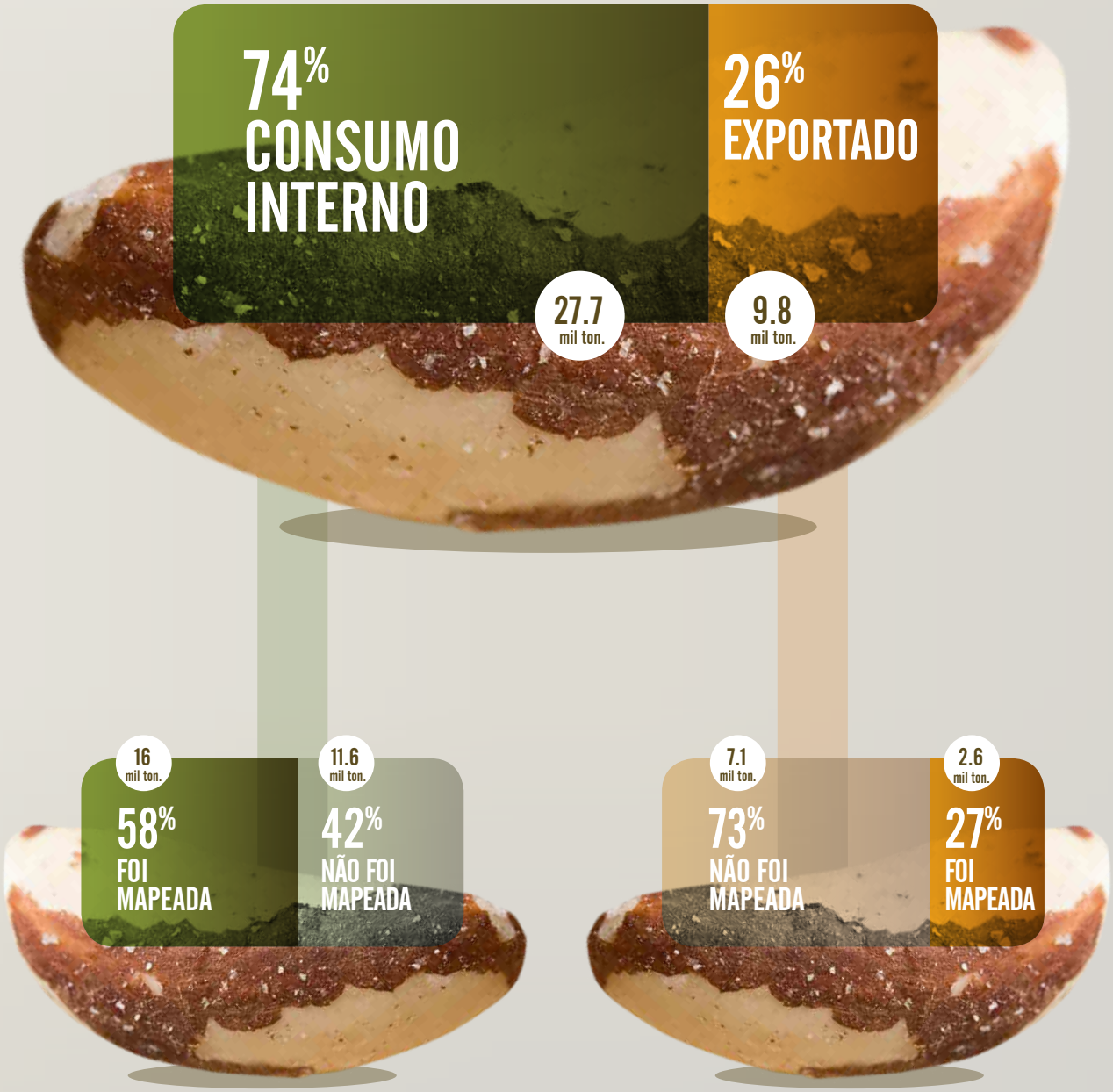
Fonte: Estudo da cadeia de Valor da castanha-do-Brasil. Imaflora, 2015.

SE VALORIZADO, o manejo da castanha-do-brasil favorece a conservação, a manutenção da cultura e a transferência do conhecimento tradicional para os mais jovens, reduzindo a pobreza, melhorando a qualidade de vida e viabilizando a permanência das populações na floresta. No entanto, apesar do potencial, o atual modelo de produção e de comércio não tem gerado ganhos para os extrativistas na proporção justa, o que desestimula a atividade. De fato, da floresta ao consumo, há muitos intermediários e agentes informais, o que dificulta a transparência e a rastreabilidade da produção. É baixa a disponibilidade de informações consistentes sobre a comercialização.

O estudo realizado pelo IMAFLORA destacou-se pelo nível de sua abrangência, mapeando mais da metade da produção total brasileira, com ênfase maior no volume destinado ao consumo interno (veja no boxe à pagina 10 e 11).

REPRESENTATIVIDADE DA PRODUÇÃO MAPEADA

As usinas beneficiadoras abrangidas pelo Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil representam 58% do volume total da produção destinada ao mercado interno e 27% à exportação.



Castanha-do-brasil consumida internamente

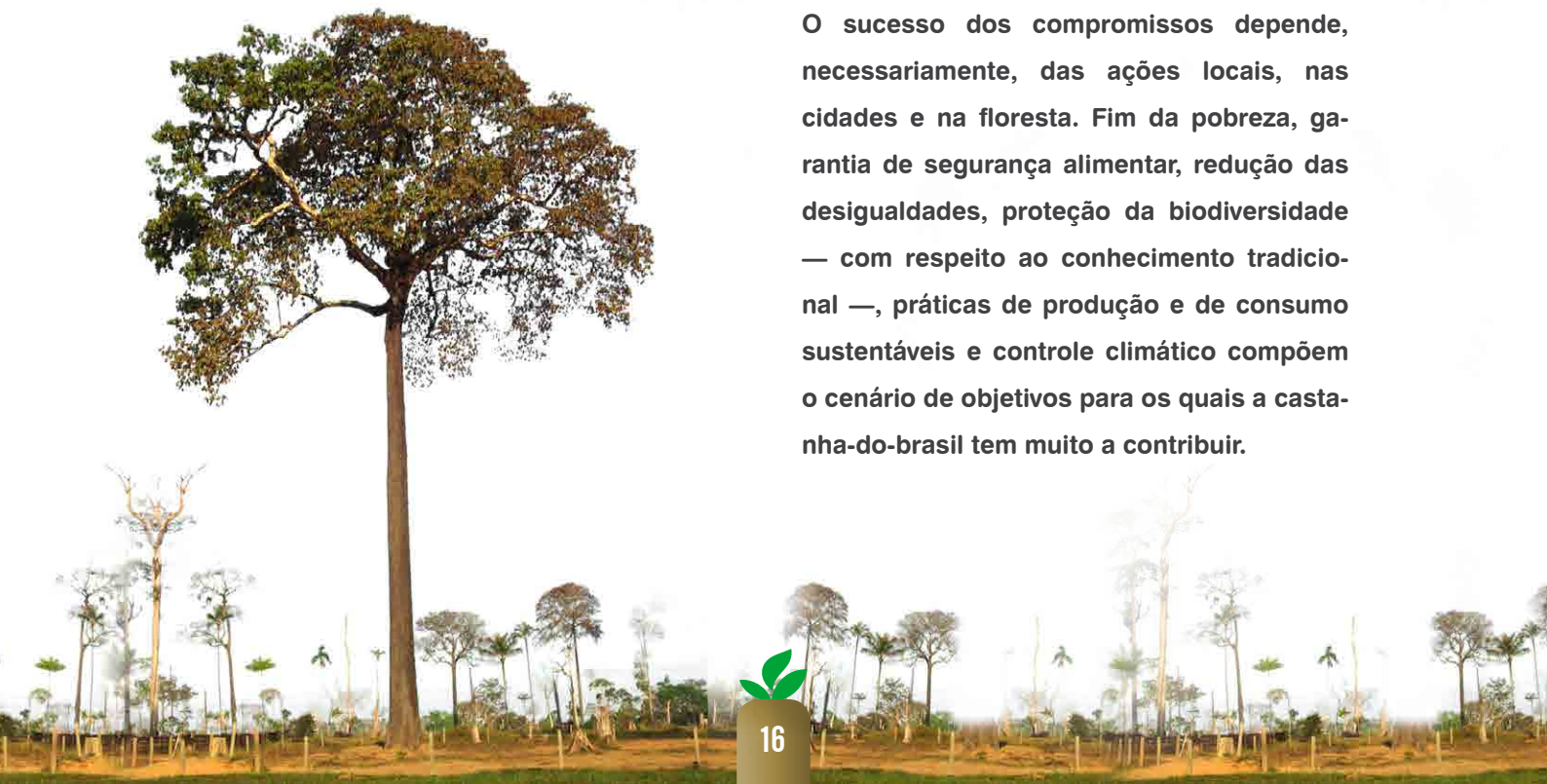
Castanha-do-brasil destinada à exportação

Fonte: Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil. Imaflora, 2015.

QUAL O GRAU de conhecimento e de reconhecimento do mercado e da sociedade quanto à contribuição das populações tradicionais e do extrativismo para conservar a floresta e os seus serviços socioambientais? As respostas, obtidas pelo estudo e resumidas nas páginas a seguir, ajudarão a balizar políticas públicas e a promover uma nova percepção de valor para o produto e o trabalho dos extrativistas, os protagonistas da produção, justamente os que menos se beneficiam, economicamente, com ela.

O quadro reforça o dramático contraste entre a riqueza natural da Amazônia e os baixos índices socioeconômicos da região, de baixa densidade demográfica e crescente urbanização. Nesse cenário, o uso sustentável dos recursos florestais mostra-se estratégico para gerar renda e desenvolvimento, com a manutenção das árvores em pé, o que só poderá ocorrer com a maior valorização do trabalho dos extrativistas.

Nesse sentido, a realidade do extrativismo conecta-se aos desafios globais das agendas social, ambiental e econômica, na esteira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pelas Nações Unidas em setembro de 2015, com metas para 2030. O sucesso dos compromissos depende, necessariamente, das ações locais, nas cidades e na floresta. Fim da pobreza, garantia de segurança alimentar, redução das desigualdades, proteção da biodiversidade — com respeito ao conhecimento tradicional —, práticas de produção e de consumo sustentáveis e controle climático compõem o cenário de objetivos para os quais a castanha-do-brasil tem muito a contribuir.



CASTANHEIRA-DO-BRASIL, BELA E PRODUTIVA

Árvore que simboliza a Amazônia está na lista das espécies ameaçadas e tem corte proibido.

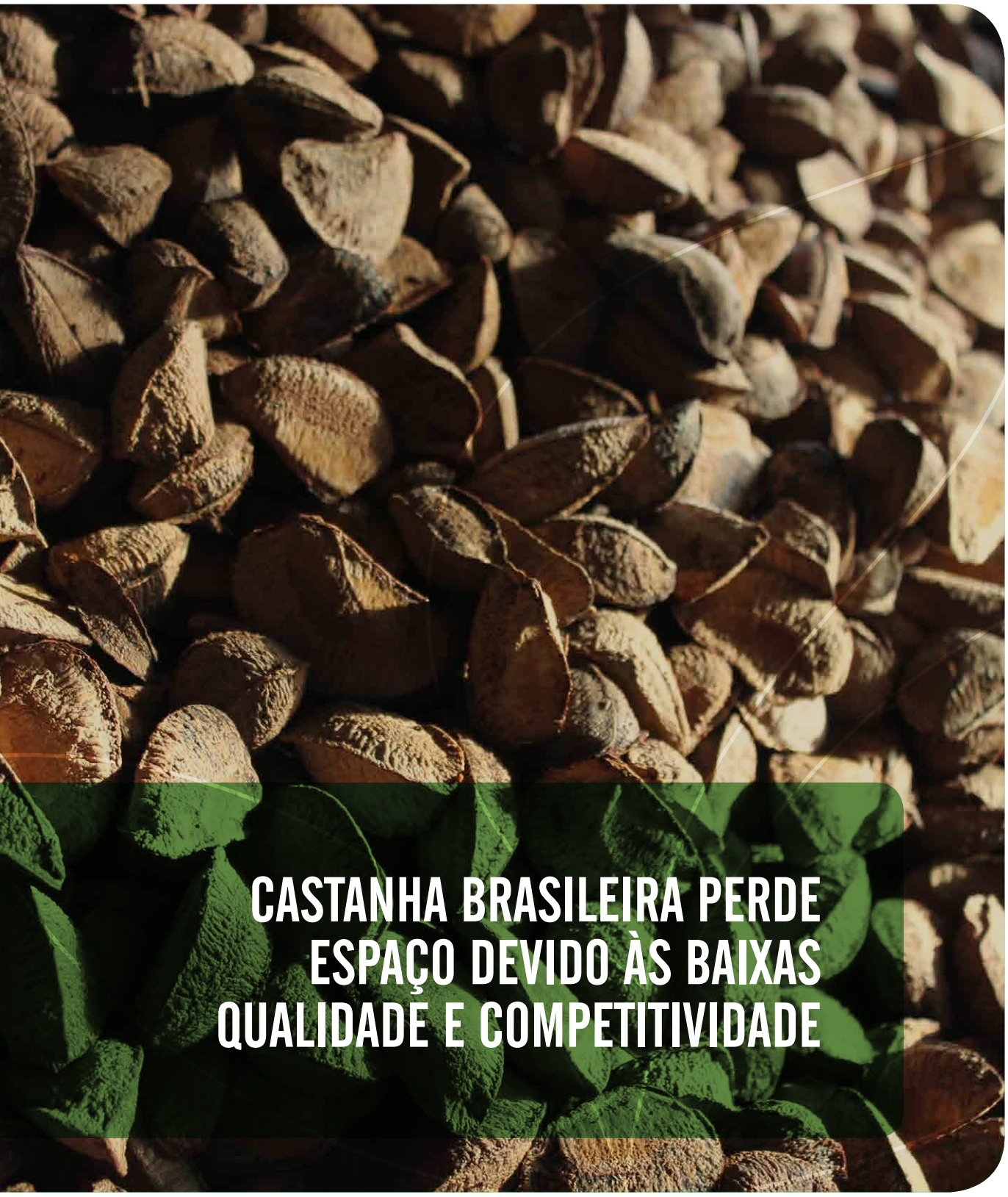
De todas as árvores da mais exuberante floresta tropical do mundo, uma, em especial, diferencia-se nessa paisagem e no imaginário do caboclo: a castanheira-do-brasil (Bertholletia excelsa), espécie conhecida pelo tronco, com um dos maiores diâmetros, e pela altura, que pode atingir 60 metros. Mas não propriamente pela beleza e pelo tamanho, esse símbolo da biodiversidade amazônica tem sido protegido por comunidades tradicionais. O motivo principal reside no potencial econômico da amêndoa obtida da sua semente — a castanha-do-brasil, relevante fonte de sustento na floresta.

O uso sustentável da árvore, mantendo-a em pé, constitui, hoje, a prática que vigora na região, que garante emprego e renda e que reduz o desmatamento. Intensamente derrubada no passado, para o aproveitamento da madeira e a abertura de estradas e de pastagens, a castanheira entrou para a lista das espécies ameaçadas de extinção e teve o corte proibido pelo Decreto 1.282, de 19 de outubro de 1994.

A produtividade da castanha depende do ambiente bem conservado: as flores da castanheira só são polinizadas por alguns insetos nativos, que também precisam alimentar-se do néctar de outras espécies vegetais. O fruto, conhecido como ouriço, leva mais de um ano para amadurecer e pode pesar 2 kg, abrigando entre 8 e 24 sementes, as castanhas. Elas demoram de 12 a 18 meses para germinar e, muitas vezes, acabam semeadas por cotias, que comem uma parte das amêndoas e enterram o restante para ingerir depois. As sementes esquecidas por esses roedores brotarão no ano seguinte para gerar uma nova árvore que poderá viver 500 anos.

BRASIL, O SEGUNDO NO *RANKING* DA PRODUÇÃO MUNDIAL

imaflora®
INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA



CASTANHA BRASILEIRA PERDE ESPAÇO DEVIDO ÀS BAIXAS QUALIDADE E COMPETITIVIDADE

APESAR DE abranger, originalmente, a maior área de ocorrência de castanheiras, o Brasil deteve a segunda maior produção do mundo, em 2013, com 39 mil toneladas, segundo dados da FAO (sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). A quantidade equivale a 36% da registrada em 2013 pela totalidade dos países produtores.

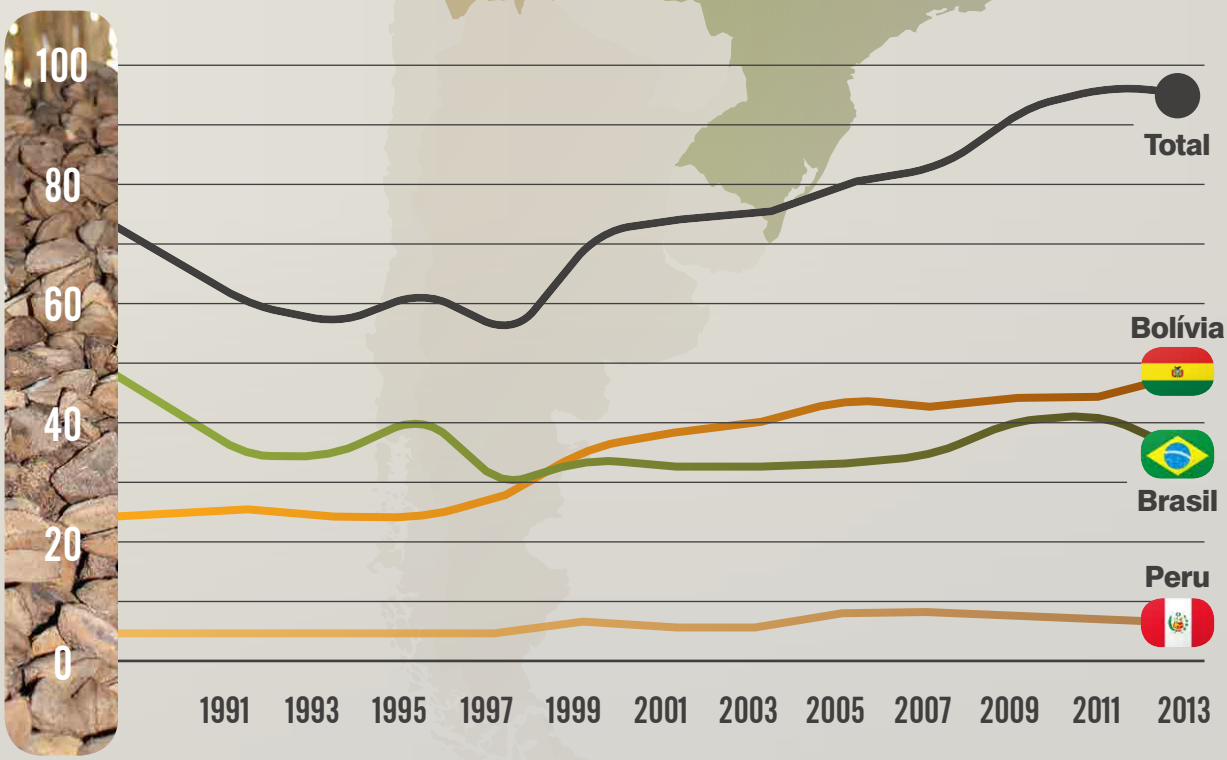
O primeiro do *ranking* é a Bolívia, que, no mesmo ano, produziu 45 mil toneladas, 42% do total mundial. Antes da hegemonia boliviana, verificada a partir de 1998, o posto de liderança era, historicamente, ocupado pelo Brasil. O pico da produção nacional ocorreu em 1990, quando as 51,2 mil toneladas extraídas dos castanhais representaram 68% do total global, segundo FAO.

Nos anos seguintes, os números brasileiros decaíram, chegando a diminuir quase um terço em relação à quantidade máxima de castanha-do-brasil atingida na década de 1990. Segundo analistas, as explicações para a queda podem estar na redução dos castanhais produtivos; na deficiência de infraestrutura de logística, no caso, transporte e armazenamento; na ausência de políticas e de programas de incentivo à produção e à comercialização e nas dificuldades de atender às exigências fitossanitárias para exportação.

Após o declínio, desde 2001, o País vem, gradativamente, retomando o espaço perdido. O atual cenário de recuperação pode estar associado à forte demanda do mercado interno (veja detalhes à 27). Em menor grau, a tendência também pode se relacionar aos impactos de políticas de apoio à produção de castanha-do-brasil adotadas após 2001 pelos estados do AC, AM e MT, na busca por melhores índices sociais, ambientais e econômicos, em resposta a pleitos de sindicatos, cooperativas e organizações não governamentais.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE CASTANHA-DO-BRASIL

O Brasil liderava a produção até 1998, mas perdeu a hegemonia para a Bolívia.



* Mil toneladas, *in natura*, no ano de 2014. **Fonte:** Elaborado com dados da FAO, 2015.

O ESTADO DO ACRE é, atualmente, o maior produtor de castanha-do-brasil, com um volume, em 2014, de 13,7 mil toneladas, representando 36% da produção nacional. O resultado é fruto de um processo histórico de incentivos, fortalecido a partir de 2005, envolvendo políticas estaduais de concessão de áreas de floresta para exploração, com a estruturação de usinas beneficiadoras comunitárias e de uma central de comercialização, além da capacitação para boas práticas produtivas. Os números também foram influenciados pela publicação da Portaria 257, da Secretaria de Fazenda do Acre, tributando a saída do produto para outros estados.

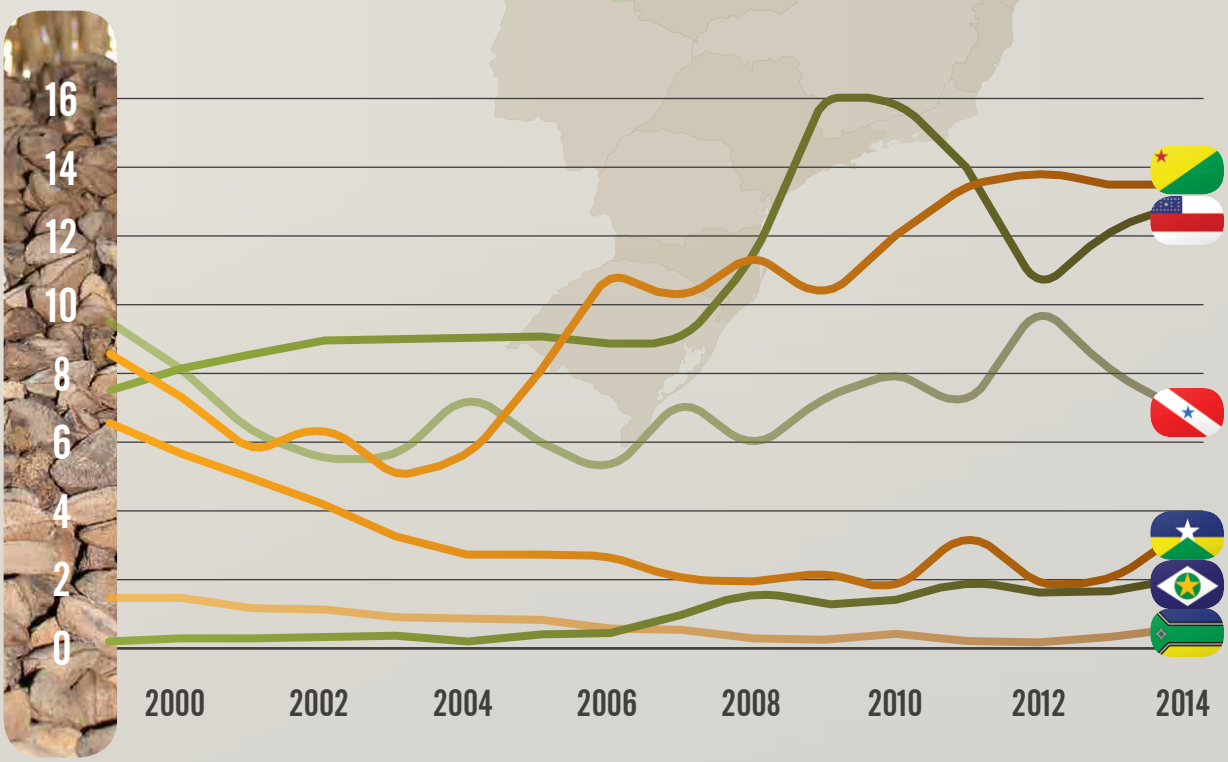
O Amazonas situa-se em segundo lugar, com 12,9 mil toneladas (34% do total), depois de ter ocupado a liderança nas safras de 2009 a 2011 e de perder o posto, principalmente, devido à baixa produtividade dos castanhais após esse período.

O Estado do Pará, que registrou 7 mil toneladas, ou seja, 18% da safra brasileira, é hoje o terceiro principal produtor, embora, no início da década de 1980, tivesse ocupado o primeiro lugar, com o triplo da produção atual. Os incentivos governamentais para a expansão das atividades agropecuária e madeireira acarretaram grandes desmatamentos nas regiões castanheiras, reduzindo, em muito, a produção paraense.

Os três estados amazônicos – Acre, Amazonas e Pará – concentram 89,3% da produção brasileira. Dentre os municípios produtores, Brasiléia, no Acre, localizado na fronteira com a Bolívia, ocupa a liderança, com 3,5 mil toneladas de castanha extraídas da floresta em 2014, seguido de Rio Branco, também no Acre, com 2,3 mil toneladas.

PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NOS ESTADOS

Acre e Amazonas alternaram-se na liderança entre 2000 e 2014.



* Mil toneladas, *in natura*, no ano de 2014.
Fonte: Elaborado com dados do IBGE, 2015.

Mercado externo: o desafio da agregação de valor. Exigências externas de qualidade sanitária fizeram a exportação brasileira despencar.

HÁ MAIS de dois séculos, mercados, como o norte-americano e o europeu, transacionam a castanha-do-brasil — na forma seca e com casca e, mais recentemente, como amêndoa (sem casca). O Brasil liderou as exportações até a metade da década de 1990, chegando ao posto de único vendedor no mercado externo entre 1990 e 1995. No entanto, a partir de 1998, a Bolívia tomou a liderança, nela permanecendo até hoje.

A razão do declínio brasileiro nas exportações foi a barreira fitossanitária, imposta pela Comunidade Europeia em 1998, com maior exigência de qualidade da castanha importada, dentro do limite máximo de 4 ppb (partes por bilhão) de aflotoxina — substância produzida por muitas das espécies do fungo *Aspergillus*. A quantidade anteriormente tolerada era de 20 ppb, cinco vezes maior. Em 2010, o teor máximo permitido foi reduzido pela norma europeia, mas, àquela altura, a regulamentação internacional já havia gerado impactos negativos nas exportações da castanha brasileira.

O Brasil não havia se preparado para esse cenário internacional, tanto no que diz respeito às normas de qualidade, quanto ao movimento de importação da castanha beneficiada (sem casca), em detrimento do produto *in natura* (com casca), de baixo valor agregado. O parque industrial brasileiro não se modernizou e limitou-se a atender essa fatia menos nobre do mercado – o que acabou prevalecendo também porque não havia concorrência interna, devido ao monopólio exercido durante vários anos por uma única família de exportadores.

Em contraponto, as indústrias bolivianas estavam aptas a cumprir os rigorosos padrões sanitários e passaram a dominar a parcela mais lucrativa do mercado, representada pelo produto sem casca, cuja demanda apresentava crescimento.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL, DA BOLÍVIA E DO PERU NAS EXPORTAÇÕES

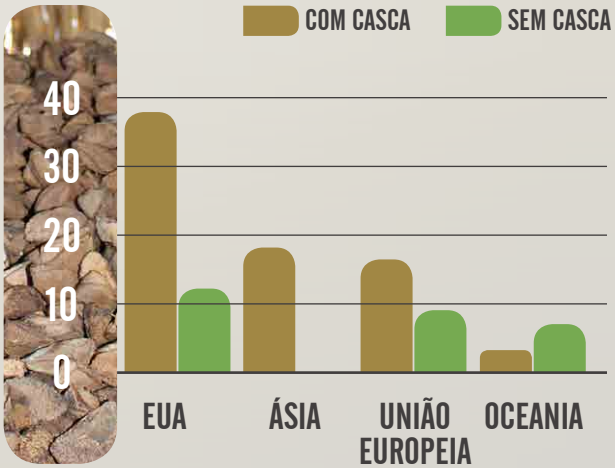
Em 2012, as exportações bolivianas ultrapassaram as brasileiras, também atrás das peruanas, no caso da castanha sem casca.

	Mercado total		Com casca		Sem casca	
	1998	2012	1998	2012	1998	2012
Valor (US$)	**74,358.66**	**192,349.98**	**17,541.65**	**22,026.62**	**56,817.01**	**170,323.36**
Brasil	40,12%	13,08%	99,11%	91,77%	21,91%	2,90%
Bolívia	53,53%	75,71%	0,02%	8,23%	70,05%	84,43%
Peru	6,35%	11,22%	0,87%	0,00%	8,05%	12,67%
Toneladas	**26,131.97**	**35,639.00**	**12,094.42**	**11,318.10**	**14,037.56**	**24,320.90**
Brasil	57,89%	31,20%	99,66%	92,28%	21,91%	2,77%
Bolívia	38,07%	60,02%	0,02%	7,71%	70,86%	84,36%
Peru	4,03%	8,78%	0,32%	0,00%	7,23%	12,87%

Fonte: Elaborado com dados do MDIC (2015).

VOLUME DE EXPORTAÇÃO

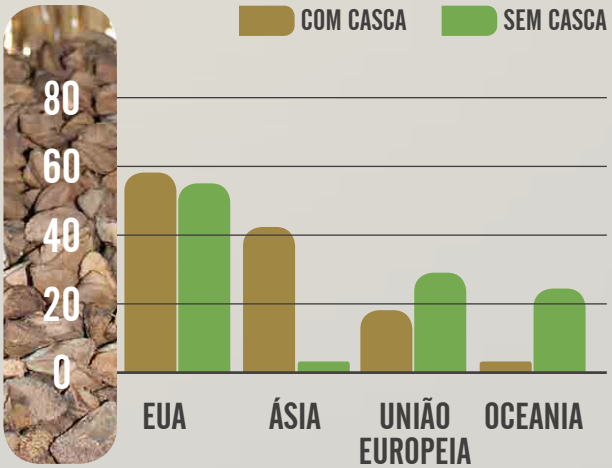
Para os principais compradores entre 2000 e 2014 (em milhões de quilos).



A castanha sem casca, mais valorizada, representou **25%** do total exportado, destinando-se a metade desse volume ao mercado norte-americano.

VOLUME DOS NEGÓCIOS

Para os principais compradores entre 2000 e 2014 (em milhões de US$).



Os EUA movimentaram mais da metade dos **US$ 100 milhões** referentes às exportações de castanha sem casca no período.

Fonte: Elaborado com dados do MDIC, 2015.

DO TOTAL de castanha-do-brasil produzida no País em 2014, 74% destinou-se ao mercado interno e 26%, ao externo. Os números resultam das barreiras sanitárias impostas por compradores externos e da valorização do real frente ao dólar, verificada até 2012, além dos impactos da política econômica brasileira de estímulo ao consumo interno. Em paralelo, surgiu uma nova demanda por produtos naturais, saudáveis, seguros e amigáveis ao meio ambiente (veja mais sobre a cadeia produtiva à página 50).

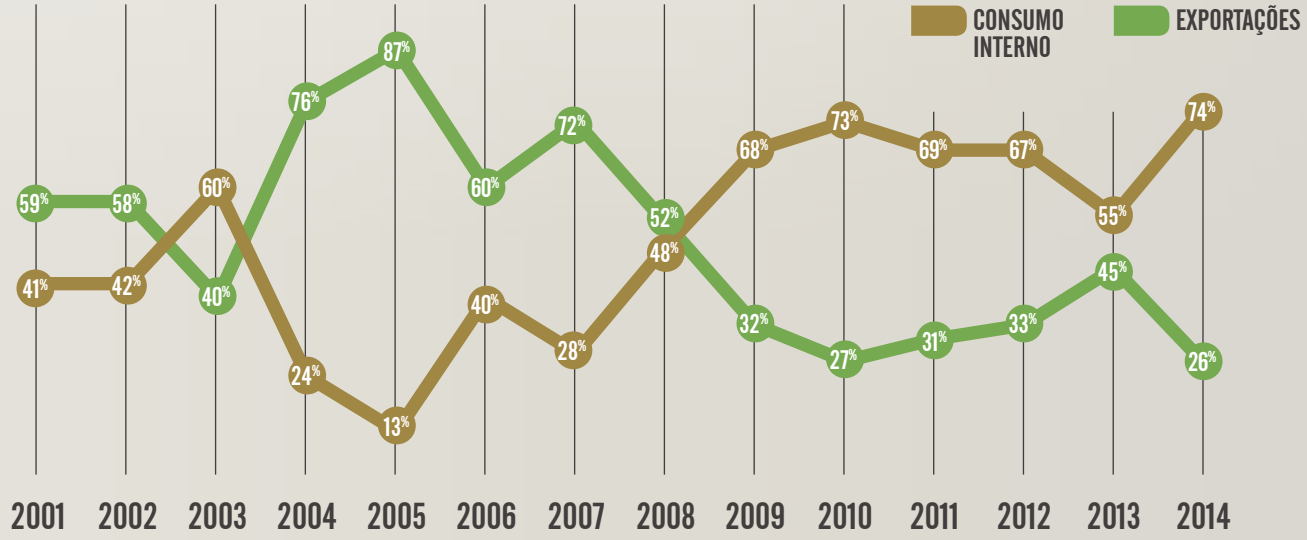
Como resposta a esse movimento, as indústrias alimentícias e de cosméticos aumentaram a oferta de produtos com ingredientes da biodiversidade, como a castanha-do-brasil e nos últimos 20 anos, em ambiente de maior consumo, a taxa de crescimento acumulado dos preços da castanha foi de 196%.

Consumo interno aquecido:

Cenário macroeconômico e novas tendências de consumo favoreceram a demanda doméstica.

BALANÇO DA DEMANDA EXTERNA E DOMÉSTICA DA CASTANHA-DO-BRASIL

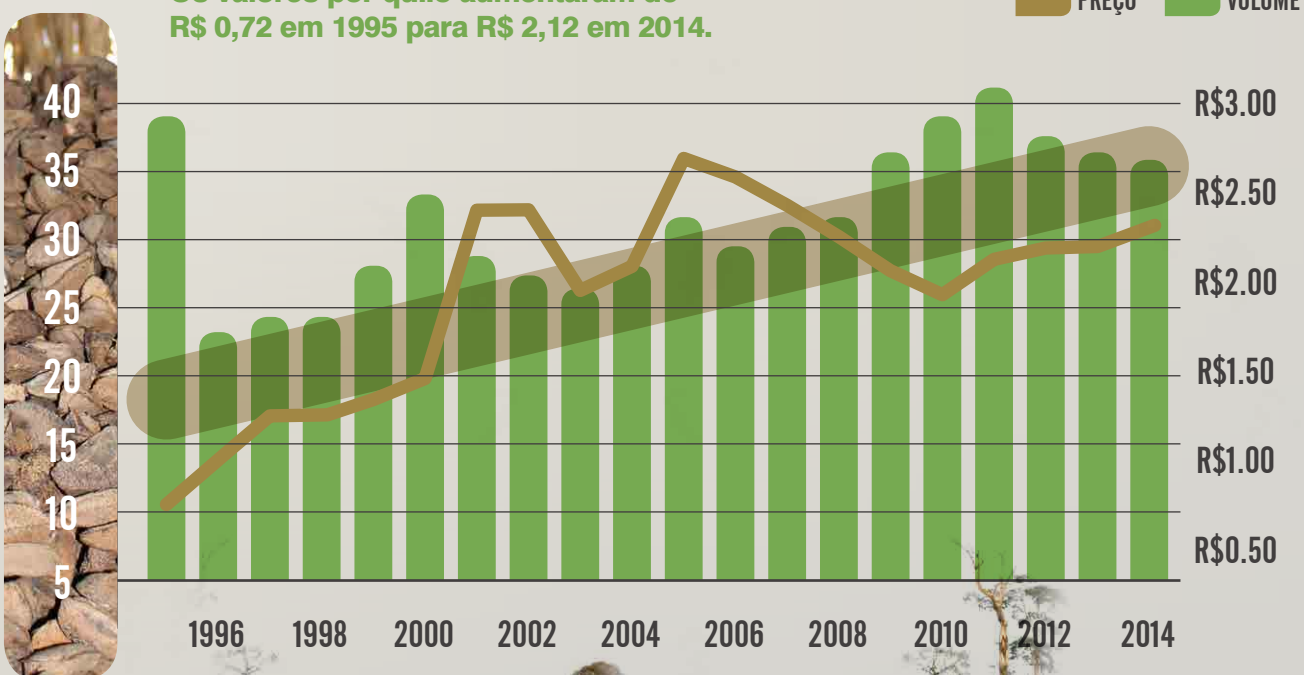
Em 2014, foi expressivo o crescimento da oferta para atender ao emergente mercado doméstico.



Fonte: Elaborado com dados do IBGE, 2015.

PREÇOS INTERNOS X VOLUMES PRODUZIDOS

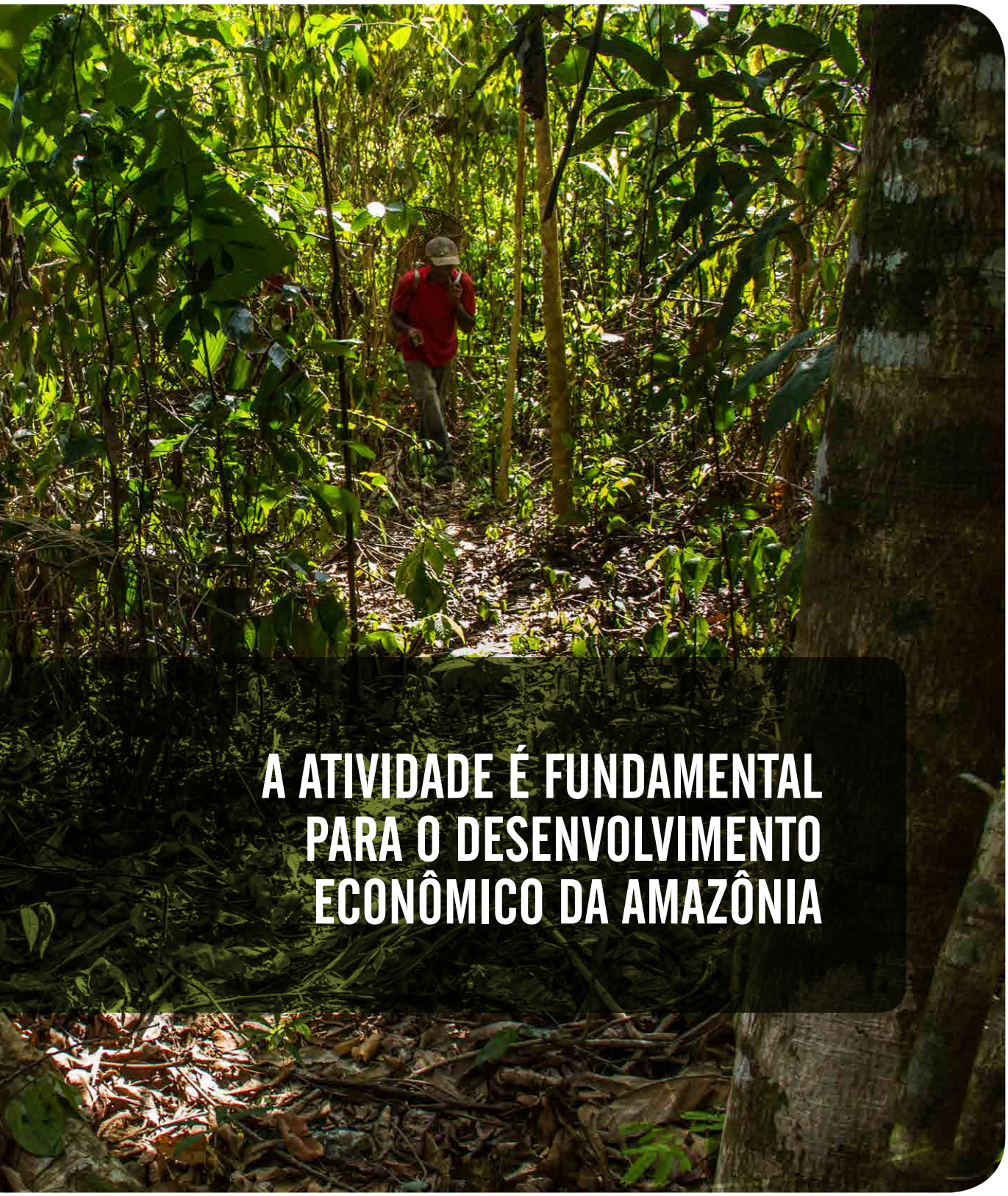
Os valores por quilo aumentaram de R$ 0,72 em 1995 para R$ 2,12 em 2014.



* Mil toneladas. **Fonte:** Elaborado com dados do IBGE, 2015.

PRODUÇÃO EXTRATIVISTA BUSCA RECONHECIMENTO

imaflora®
INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA



A ATIVIDADE É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA

DOS ALIMENTOS

e remédios aos cosméticos, grande parte dos produtos cotidianos de largo consumo tem origem na biodiversidade. Uma fatia dessa crescente demanda é atendida pelo extrativismo de produtos da sociobiodiversidade, principal fonte de renda e de nutrição para milhares de pessoas na Floresta Amazônica, onde se localizam os seus mais relevantes estoques — com destaque para os da castanha-do-brasil, explorados com fins comerciais desde o século XIX.

A castanha extraída na Amazônia representa o terceiro principal produto alimentício extrativista em valores de mercado, entre os obtidos nos diferentes biomas brasileiros. Com participação de 6% do total, situa-se atrás do açaí e da erva-mate nativa, de acordo com os dados do IBGE para 2014.

Apesar de figurar entre os primeiros produtos extrativos no *ranking* econômico, o estudo aponta que a castanha-do-brasil não tem gerado receita financeira compatível com o consumo aquecido e com o valor ambiental associado à atividade. A prática de preços atrativos é importante na competição com usos potencialmente impactantes, como a agropecuária e a extração de madeira sem métodos adequados de manejo.

A Amazônia Legal é ocupada por 24 milhões de habitantes, um terço na área rural: ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, povos indígenas e produtores familiares em geral. Além do aspecto econômico e ambiental, o extrativismo está diretamente ligado à identidade e às culturas tradicionais — reconhecimento que tem o potencial de adicionar valor aos produtos, adquirido por consumidores preocupados com os atributos socioambientais. No entanto, apesar da importância econômica e social da castanha-do-brasil na Amazônia e do seu papel para a segurança alimentar e a proteção social, os valores monetários indicam a pouca visibilidade na economia formal. Em síntese: segundo demonstram os dados do estudo, a falta de valorização do produto, para o extrativista, é hoje o principal desafio que se impõe à cadeia produtiva como um todo (veja mais à página 45).

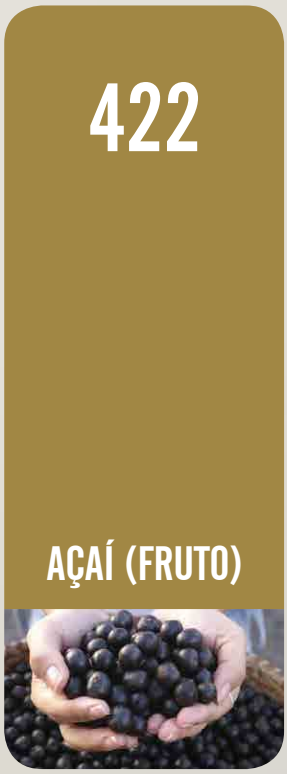
PRINCIPAIS PRODUTOS EXTRATIVOS DO GRUPO ALIMENTÍCIOS

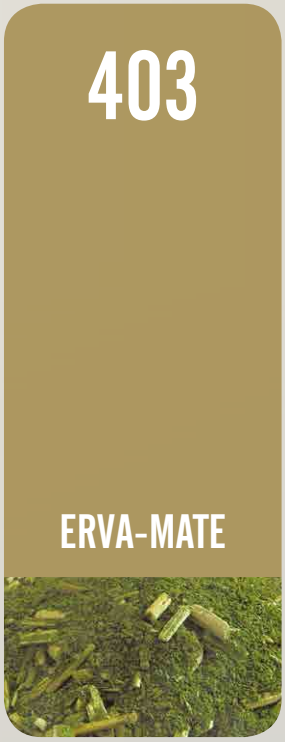
O mercado brasileiro de alimentos obtidos por extrativismo foi de R$ 970 milhões em 2014, representando 70% do total de não madeireiros, incluindo borrachas, ceras, fibras e produtos aromáticos e medicinais. Desse total, a castanha-do-brasil participou com 6%.

Fonte: Elaborado com dados do IBGE, 2015.

PARTICIPAÇÃO EM MILHÕES DE REAIS

Principais produtos extrativos não madeireiros do grupo alimentícios em 2014.





Fonte: Elaborado com dados do IBGE, 2015.

Qual o caminho para fortalecer o elo mais frágil — os produtores extrativistas — com a geração de benefícios para toda a cadeia produtiva?

AS SOLUÇÕES passam pela criação de mecanismos eficientes — públicos e privados — que valorizem a produção extrativista pela sua contribuição para conservar os recursos naturais e os serviços ambientais prestados pela floresta, com a redução do desmatamento. Aliada a isso, a adoção, por parte das empresas, de instrumentos que assegurem a origem e a rastreabilidade da produção poderia conferir mais transparência à cadeia e permitir a melhor gestão de riscos nos negócios. Por fim, é necessário ampliar o mercado da castanha, com base em nova lógica de relações comerciais, mais ética entre quem produz e quem compra, pautada no diálogo equilibrado, qualificado e transparente.

Outras soluções também poderiam contribuir para a maior valorização da cadeia e das populações extrativistas da Amazônia, como a modernização da estrutura produtiva na floresta e a diversificação dos negócios, mediante o desenvolvimento de novos produtos — principalmente pela indústria alimentícia e de cosméticos. Além disso, faz-se necessária a implementação efetiva de mecanismos associados a políticas públicas, como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

A FORÇA DA COOPERAÇÃO

Central acreana gerencia a maior estrutura de beneficiamento de castanha do País.

Criada em 2001, no rastro de políticas estaduais estruturantes, como concessões de áreas de floresta à exploração e incentivos ao manejo sustentável, além de acesso a mercados, a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) destaca-se no cenário da produção de castanha-do-brasil. Ocupa a liderança da produção comunitária e tem a maior estrutura de beneficiamento do País. Com mais de 2,2 mil membros, dentre eles vinte e nove associações de produtores e sete cooperativas, a central acreana mantém três unidades de processamento que, em 2015, comercializaram 1,3 mil toneladas de castanha beneficiada, tanto para o consumidor final como para lojistas e distribuidores que repassam o produto às indústrias, principalmente das regiões Sudeste e Sul. A produção de castanha fornecida à cooperativa gerou renda total de R$ 10 milhões para as comunidades produtoras, em 2015.

Superando entraves na cadeia de valor.

Organização social tem permitido melhores resultados comerciais.

A REALIDADE extrativista na Amazônia é fortemente marcada pela lógica de dependência de crédito entre diferentes intermediários da cadeia, que cria condições desfavoráveis à remuneração justa de quem faz o duro trabalho de coleta na floresta. A situação associa-se a riscos que geram custo financeiro, desde naufrágios no transporte fluvial até a falta de pagamento por parte de compradores.

Ao avaliar o modo como se organiza e se comercializa a produção, identificando os atores, as barreiras e os processos de agregação de valor, o Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil mapeou as categorias de intermediários entre os que atuam dentro das comunidades e distante delas. É comum haver adiantamento de remuneração e dificuldade de gestão, gerando dívidas e dependência entre esses diferentes elos da cadeia. O estímulo à organização social dos produtores extrativistas, como as associações e as cooperativas, tem sido uma estratégia para aumentar o poder de negociação, com maior acesso a políticas públicas, ao mercado e à economia formal.

O modelo tem o potencial de trabalhar o crédito para financiar a safra e, com isso, modificar a dinâmica que vigora nos territórios e gerar competição frente aos comerciantes locais. Esses, por sua vez, acabam seguindo a organização local em termos de valores e de condições, ocorrendo melhora de preços entre os diferentes atravessadores. O surgimento dessas organizações é visto como essencial à formalização de parcerias com empresas e instituições não governamentais para desenvolver boas práticas, com o objetivo de melhorar a qualidade do produto e de tornar mais justas as relações comerciais.

A produção dos castanheiros na floresta apresenta realidades distintas, conforme o nível de organização. Por meio de pesquisas de campo e de questionários, aplicados junto aos produtores e demais atores, o Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil mapeou as atividades das associações e das cooperativas quanto ao tamanho e à abrangência, ao beneficiamento, à comercialização e aos preços praticados.

Entre os principais desafios percebidos estão organizar, com mais eficiência, a produção, superar as dificuldades, diminuir os custos do escoamento e potencializar a qualidade do produto. As soluções e as melhorias são criadas, em grande parte, pelas associações e pelas organizações, principais agentes de mudança em prol da qualidade da castanha-do-brasil, devido à capilaridade que possuem e que lhes permite acompanhar e monitorar as técnicas de manejo.

QUILOMBOLAS PREPARAM-SE PARA O BENEFICIAMENTO

O desafio é agregar valor e atrair a juventude para a atividade extrativista.

Quando está em São Paulo e em outras capitais para participar de eventos, o café da manhã nos hotéis faz o extrativista Marcos Duarte Salgado, liderança quilombola de Oriximiná, no Pará, refletir sobre o real valor do duro trabalho na floresta. Tudo porque, não raro, o pão servido entre as iguarias do bufê contém o insumo da biodiversidade que mais gera renda em sua comunidade: a castanha-do-brasil.

A região, situada na Calha Norte do rio Amazonas, abriga trinta e quatro comunidades quilombolas, que coletam castanha em territórios quilombolas titulados e em Unidades de Conservação da Natureza, incluindo áreas da Reserva Biológica do Rio Trombetas, da Floresta Nacional Saracá-Taquera e da Floresta Estadual do Trombetas. No entorno do Lago Erepecuru, localiza-se um dos mais exuberantes castanhais amazônicos, acessado pelos extrativistas na época da safra, de janeiro a maio. Mas a produção, que já atingiu 230 caixas (de, aproximadamente, trinta e cinco quilos cada uma) caiu para 50 em 2015. Ninguém sabe, ao certo, o motivo, mas Marcos desconfia: "A castanheira produz menos porque o clima mudou e o verão ficou mais longo".

O produto é vendido pelos castanheiros a comerciantes intermediários, que, por sua vez, o repassam a duas usinas de beneficiamento privadas, existentes na região. O plano dos produtores extrativistas é diminuir essa dependência e ter a própria estrutura para beneficiar a castanha, aumentando o valor de venda. "O projeto está pronto para o início das obras. Com isso, iremos comercializar o produto para a merenda escolar", informa o produtor, presidente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Alto Trombetas.

"Apesar da queda da produção, a situação atual é bem melhor do que a de dez anos atrás", avalia Rogério de Oliveira Pereira, também liderança local, ao lembrar que, antes, os produtores eram forçados a aceitar qualquer preço. Entre outros motivos, o problema diminuiu porque existem mais compradores e a procura aumentou. Além disso, "o movimento na região em torno de parcerias com organizações não governamentais tem pressionado o comprador a melhorar os valores". Só assim, com avanços que aumentem a renda, os mais jovens se sentirão atraídos a continuar o trabalho dos pais e dos avós nos castanhais, garantindo o fornecimento de castanha para o mercado no futuro.

DA FLORESTA AO CONSUMO FINAL

imaflora®
INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

AO LONGO DO CAMINHO, A CASTANHA PASSA POR UM COMPLEXO PROCESSO DE AGREGAÇÃO DE VALOR

PÃES, BISCOITOS, barras de cereais, doces, aperitivos. Também óleos, cosméticos. Seja qual for o produto final com ela fabricado, a castanha-do-brasil, que sai dos grotões amazônicos e chega às prateleiras das lojas e dos supermercados das capitais, carrega determinados valores para além do seu apreciadíssimo paladar, das diversas propriedades nutricionais e dos benefícios para o cabelo e a pele. Verificar como os ganhos econômicos se distribuem efetivamente entre os diferentes elos dessa cadeia, identificando pontos fortes e fracos, é fator-chave para subsidiar políticas e soluções capazes de fortalecê-la. Por trás, encontram-se a perspectiva de avanços nos indicadores sociais e a conservação da floresta.

Com esse objetivo, o Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil analisou as características da produção e da comercialização em cada etapa do caminho, que começa pelo trabalho dos extrativistas na floresta. A atividade dos castanheiros abrange diversas fases, do preparo das áreas e da seleção das árvores produtivas à coleta e à quebra dos ouriços onde ficam as amêndoas, e ao transporte até paióis de estocagem. Em locais onde há boas práticas e infraestrutura mínima, a castanha é armazenada em sacos de ráfia para posterior envio à unidade de processamento.

Na produção, há diferentes níveis de organização. Na forma mais simples, a castanha é comercializada *in natura* na comunidade com compradores locais ou intermediários, que, por sua vez, a revendem para o processamento. No outro extremo, encontra-se a organização da produção de abrangência interestadual, com usina de beneficiamento, a partir da qual grandes volumes de produtos — como amêndoas embaladas a vácuo — são comercializados junto a distribuidores, ou diretamente ao consumidor final.

Embora poucas em número, as usinas beneficiadoras — mantidas por cooperativas ou por empresas — desempenham papel extremamente importante na cadeia. A explicação é simples: elas são responsáveis pela agregação inicial de valor, representando o elo entre a origem do produto na sociobiodiversidade brasileira e a indústria de transformação, que acessa o mercado consumidor. Nessa etapa, a castanha *in natura* é descascada para o fornecimento das amêndoas às indústrias ou aos distribuidores e, deles, ao consumo final.

A quase totalidade da castanha comercializada no mercado interno, ou exportada, passa pelas usinas beneficiadoras. A partir de dados do Ministério da Agricultura, além de pesquisas e contatos com agentes do setor, identificaram-se catorze usinas no País. Entre as seis que responderam à consulta do Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil, os valores pagos em 2014 variaram de R$ 1,33 a R$ 2,86 o quilo.

PRODUÇÃO DAS USINAS BENEFICIADORAS EM 2014

A produção das usinas beneficiadoras abrangidas pelo estudo (58% do consumo interno e 27% das exportações) somou 21,4 milhões de quilos em 2014, ocupando o Pará a posição de liderança.

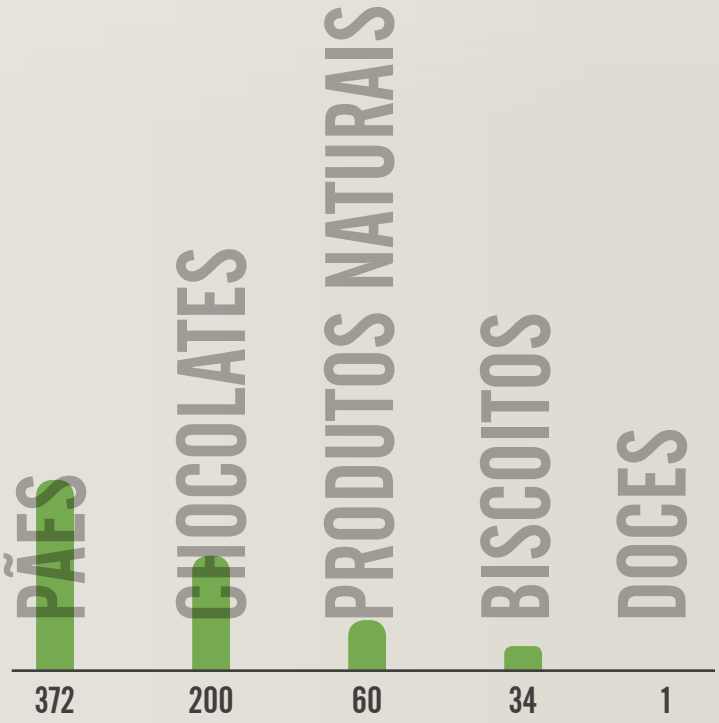
Fonte: Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil. Imaflora, 2015.

APÓS o beneficiamento, uma parte da castanha é processada, de modo a adquirir padrão homogêneo para fornecimento às indústrias, segundo determinadas especificações. Nessa etapa, por exemplo, a amêndoa sem película pode gerar subprodutos alimentícios, como farinha para compor formulados de mingaus, pães e biscoitos.

No entanto, os maiores volumes que saem das usinas beneficiadoras destinam-se, diretamente, às indústrias de transformação, responsáveis por fabricar os produtos finais à base de castanha-do-brasil, inclusive os óleos utilizados em cosméticos. A maior demanda no setor ocorre por conta da indústria de alimentos, que representou 93% do volume absorvido pela totalidade das treze empresas dos diferentes segmentos que participaram do estudo. No setor alimentício, destacam-se os fabricantes de pães como principais consumidores, com preços pagos que flutuam entre R$ 17 e R$ 29 o quilo, conforme a característica da castanha.

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

A indústria alimentícia é o maior setor de consumo, com demanda liderada pelos pães, seguidos dos chocolates e dos produtos naturais.



Fonte: Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil. Imaflora, 2015.

Indústrias de transformação entrevistadas e demanda do maior setor consumidor

Toneladas de castanha-do-brasil processadas nas duas indústrias.

8 INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

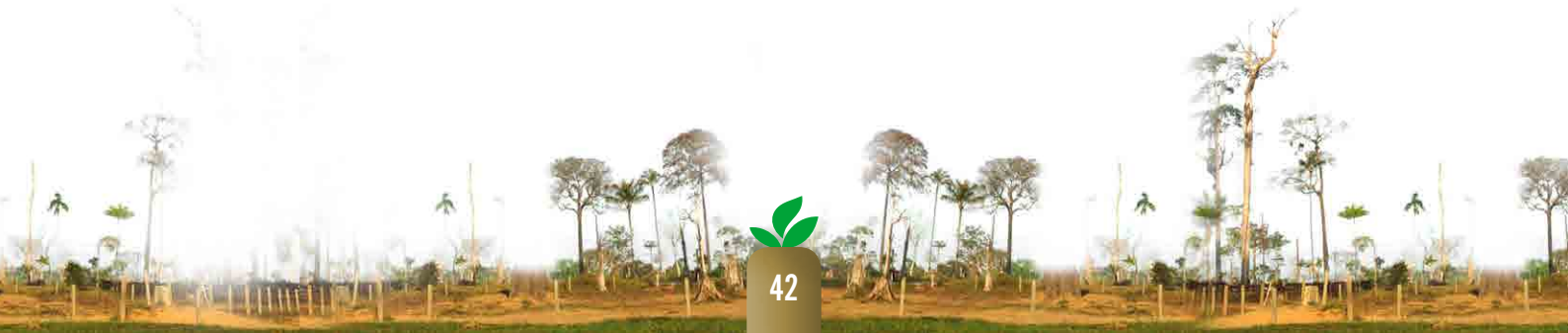
INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS **5**

UMA TERCEIRA parcela do produto fornecido pelas usinas beneficiadoras abastece empresas distribuidoras, que o repassam para a rede varejista, ou o vendem, diretamente, aos consumidores, a preços reduzidos, no comércio atacadista. Em alguns casos, esses setores compram castanha-do-brasil para compor linhas de aperitivos, juntamente com amendoins e outras amêndoas nacionais ou importadas, os "mix de nuts".

Na maioria das vezes, a última etapa antes de a castanha chegar à mesa dos consumidores é a venda ao varejo, como as redes de supermercado e as lojas de departamento. O setor tem alta demanda pelo produto, em função da maior procura por parte do consumidor. Todavia, no setor varejista, ainda há um abismo entre o discurso e a prática quanto às políticas de sustentabilidade praticadas, especialmente no que se refere ao conhecimento sobre a origem dos produtos e à transparência.

Dados qualitativos, obtidos pelo estudo junto às indústrias, mostraram que as principais motivações para a compra da castanha-do-brasil como insumo para os produtos são seus benefícios nutricionais, o interesse do mercado consumidor e a conservação da Floresta Amazônica.

A participação do varejo no esforço é indispensável para o processo de mudança rumo a um novo padrão de produção e de consumo, que valorize os produtos da sociobiodiversidade. Há, de fato, potencialidades para atingir uma escala mais abrangente e acessível. Nesse ambiente, constitui um desafio a incorporação da castanha-do-brasil como insumo de maior variedade de produtos. Mais que isso: busca-se o amplo reconhecimento do seu valor, hoje restrito a um público “diferenciado”, que concorda pagar mais por uma mercadoria que faz bem e ainda ajuda a gerar renda e a conservar o meio ambiente. Por isso, na perspectiva de um sistema mais justo de preços, o alcance da contribuição poderia ser maior.



COMO CHEGAR A UMA REMUNERAÇÃO MAIS JUSTA E EQUITATIVA?

Os preços do produto não consideram o custo da mão de obra.

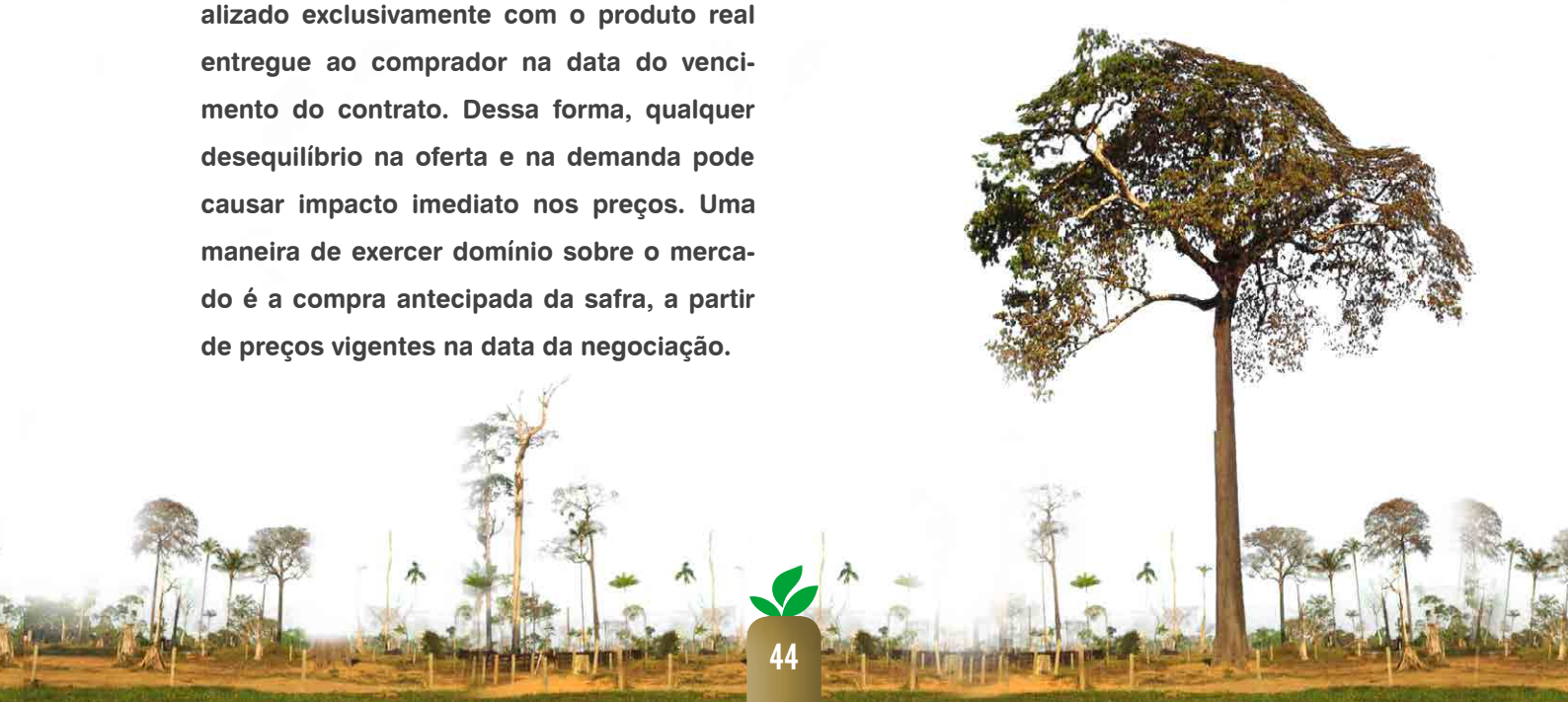
Ao identificar os segmentos e o funcionamento das engrenagens que levam a castanha da Amazônia até o consumo final nas residências longe da floresta, o estudo gerou subsídios para uma maior reflexão acerca de como se distribuem os benefícios nessa cadeia produtiva.

Constatou-se que os custos de extração da castanha na floresta não são devidamente levados em conta na formulação do preço do produto, implicando a desvalorização da atividade extrativista. Hoje, o mercado não remunera o custo real da mão de obra.

O MERCADO da castanha-do-brasil é conhecido por seu caráter altamente especulativo. Grandes *brokers* (negociantes) internacionais, com atuação em países importadores, controlam expressivas fatias do consumo, influenciando o preço final do produto. De igual modo, internamente, no Brasil, as usinas beneficiadoras negociam grandes volumes, com poder de pressão sobre os valores, tanto os pagos aos produtores pela castanha *in natura* como os de venda do produto beneficiado às indústrias.

O produto amazônico não é negociado em leilões ou mercados futuros, como as *commodities* regulamentadas. O comércio é realizado exclusivamente com o produto real entregue ao comprador na data do vencimento do contrato. Dessa forma, qualquer desequilíbrio na oferta e na demanda pode causar impacto imediato nos preços. Uma maneira de exercer domínio sobre o mercado é a compra antecipada da safra, a partir de preços vigentes na data da negociação.

No Brasil, conceberam-se diferentes iniciativas públicas, federais e estaduais, para valorizar o produto extrativista da Amazônia. Entre os exemplos analisados pelo Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil estão a Política de Garantia de Preço Mínimo e o Programa de Aquisição de Alimentos, do governo federal. Essas políticas foram definidas para lidar com a peculiaridade do mercado dos produtos da sociobiodiversidade (como a castanha), mas, na prática, têm se mostrado de pouca influência, pois não chegam à base da atividade extrativista.



ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL

Os custos de produção aqui delineados foram obtidos em 2015 nas comunidades extrativistas das Resex Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e do Rio Xingu, todas localizadas no município de Altamira, PA.

CUSTOS FIXOS
R$61,50

DEPRECIAÇÃO DA CANOA R$20,83
DEPRECIAÇÃO DO MOTOR/RABETA R$25,00
DEPRECIAÇÃO DA ARMA R$15,63

DESPESAS FIXAS
R$272,00

BOTA R$77,33
FACÃO R$48,00
LIMA R$40,00
PANEIRO R$106,67

DESPESAS VARIÁVEIS
R$505,50

COMBUSTÍVEL R$28,50
SACOS R$66,34
ALIMENTAÇÃO R$410,51

MÃO DE OBRA
R$2.589,00

ABERTURA E LIMPEZA DO PIQUE
AMONTOA E QUEBRA
TRANSPORTE FLORESTA-CASA
LAVAGEM, ENSAQUE E ESTOQUE

Valores referentes a 62 caixas de 50kg.

COM MÃO DE OBRA
R$3.428,75

CUSTO POR KG R$2,58

SEM MÃO DE OBRA
R$838,81

CUSTO POR CX 20KG R$12,71
CUSTO POR KG R$0,64

Fonte: Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil. Imaflora, 2015.

Modelo aproxima extrativistas e empresas.

Inovações em parcerias comerciais geram ganhos socioeconômicos e devem-se estender à castanha.

COMUNIDADES da Terra do Meio, no Pará, vêm desenvolvendo relações comerciais inovadoras entre empresas e produtores extrativistas, na busca de um modelo de negócio que combine a cultura da floresta às necessidades do mercado. Mediado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) e pelo Instituto Socioambiental (ISA), o desenvolvimento do modelo tem representado importante ferramenta de geração de benefícios socioambientais.

Os resultados desse arranjo inovador foram dimensionados por um estudo de avaliação de impacto, realizado pelo Laboratório de Silvicultura Tropical da Universidade de São Paulo (LASTROP/ESALQ/USP), em parceria com o próprio IMAFLORA e o ISA, com foco na borracha e no óleo de copaíba. Agora, a expectativa é que o processo também se aplique à castanha-do-brasil.

O novo arranjo comercial diferencia-se pelo respeito à cultura local e pela negociação direta com as comunidades, com base em preços justos. Para organizar a produção destinada às empresas Mercur (borracha) e Firmenich (óleo de copaíba) e para proporcionar um local destinado ao armazenamento dos produtos e ao pagamento dos extrativistas, implantaram-se as chamadas "cantinas". Lá, os produtores, além de receber o dinheiro, têm acesso a alimentos e a outros produtos industrializados e a acordos de funcionamento e de gestão compartilhadas nas comunidades, com a venda garantida da produção. Hoje, nas Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu, existem dez cantinas que desempenham papel importante nessa parceria comercial.

O estudo analisou indicadores referentes ao capital humano, social, físico, financeiro e natural. Os aspectos econômico e social representaram os maiores ganhos: há maior segurança na venda da produção diretamente nas cantinas, com pagamento quando se finaliza a coleta, sem risco de alteração do preço e com maior participação nas decisões sobre a produção e a venda.

Quanto ao capital humano, merece destaque o aumento da satisfação com o trabalho no extrativismo e a valorização do conhecimento local. Já quanto ao capital natural, os extrativistas percebem que esse arranjo contribui para manter a floresta em pé, pois vem estimulando pessoas a deixar atividades como a exploração ilegal de madeira e o garimpo, ou seja, tornou-se atividade atraente. Quanto ao capital físico, o novo arranjo vem proporcionando melhorias na infraestrutura, inclusive de beneficiamento.

O pão nosso de cada dia.

Castanha-do-brasil conquista paladares na indústria alimentícia.

ENTRE AS indústrias de transformação que participaram do Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil, a Wickbold, fabricante de pães sediada em Diadema (SP), é a que mais consome o insumo amazônico. A empresa demanda trinta toneladas por mês da amêndoa granulada, comprada de distribuidores e de uma usina que beneficia a castanha *in natura*, fornecida por comunidades extrativistas da Terra do Meio, no Pará.

Dos 15 tipos de ingredientes naturais utilizados pela indústria na fabricação de 70 mil pacotes de pão por dia, a castanha-do-brasil é a segunda amêndoa mais consumida em volume, atrás da castanha-de-caju, utilizada em vários produtos da empresa. No entanto, o produto final, feito só com a amêndoa originária da Amazônia, é o campeão de vendas. "A razão está no sabor e no valor nutricional, ultimamente muito divulgado na mídia", aponta Viviane Biz, profissional da área de suprimentos.

O projeto da empresa é aumentar o volume comprado diretamente de comunidades, com garantia de origem, colaborando com quem precisa na ponta inicial da cadeia mediante pagamento de preço diferenciado, 30% superior à média de mercado. "Para 2015, temos demanda de castanha em aberto correspondente a dez meses e meio de produção, que poderia ser suprida por comunidades", revela Viviane.

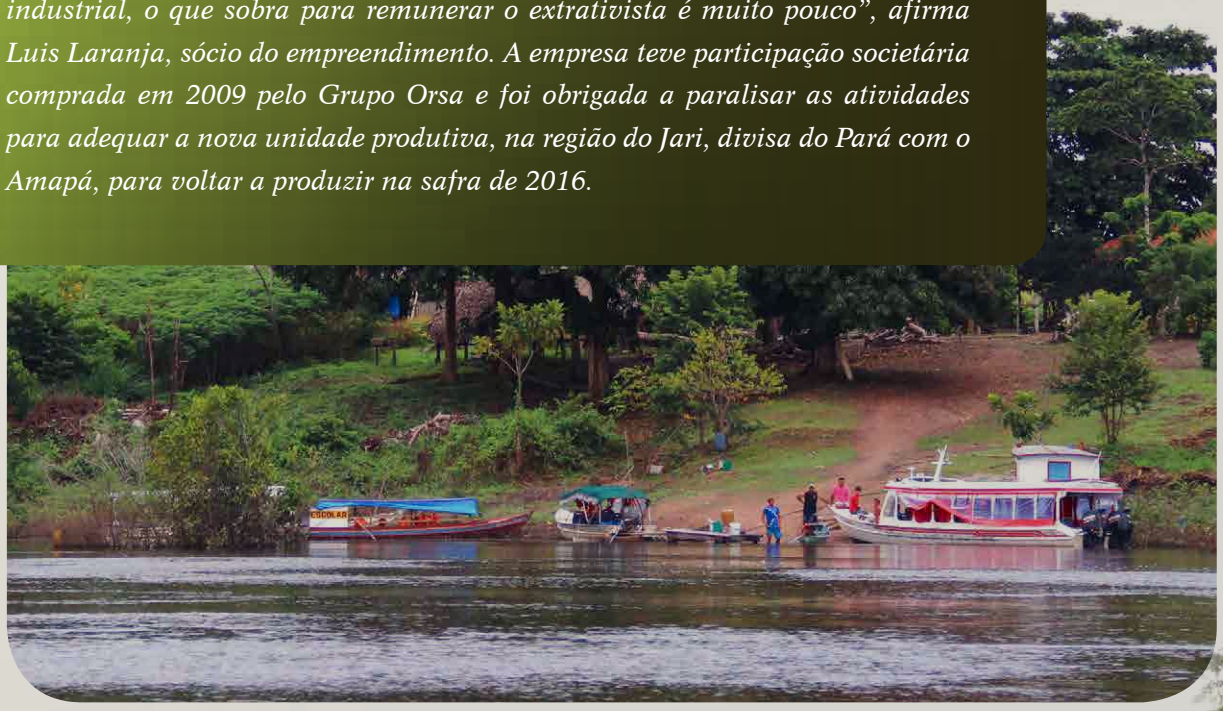
"SOBRA POUCO PARA PAGAR OS PRODUTORES DE FORMA JUSTA"

Práticas do varejo não favorecem relações comerciais capazes de garantir o fornecimento.

O desafio de garantir a remuneração justa para o produtor e, ao mesmo tempo, obter o retorno financeiro necessário para fechar as contas e para fazer novos investimentos marcou a história da Ouro Verde, empresa criada em 2002 com o diferencial de incorporar inovação e geração de valor à castanha-do-brasil, mediante parcerias com comunidades tradicionais e indígenas.

O empreendimento ganhou visibilidade a partir do lançamento de novos produtos alimentícios obtidos com o insumo da sociobiodiversidade, mas enfrentou barreiras comuns a outras atividades produtivas no Brasil, como burocracia, entraves no licenciamento ambiental e dificuldade de logística. O principal problema, porém, foi a falta de reconhecimento por parte do varejo, traduzida na política de preços que aperta quem processa a castanha e quer pagar o valor justo pela matéria-prima junto aos extrativistas.

A castanha era vendida a R$ 70 o quilo, como produto de linha premium nos supermercados, que a compram por R$ 22: "Tirando as perdas do processamento industrial, o que sobra para remunerar o extrativista é muito pouco", afirma Luis Laranja, sócio do empreendimento. A empresa teve participação societária comprada em 2009 pelo Grupo Orsa e foi obrigada a paralisar as atividades para adequar a nova unidade produtiva, na região do Jari, divisa do Pará com o Amapá, para voltar a produzir na safra de 2016.



DESVENDANDO A CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA

Os atores e os diversos segmentos que levam o produto da floresta à mesa do consumidor.

CASTANHA *IN NATURA* | AMÊNDOAS E ÓLEOS | APRESENTAÇÃO FINAL

COOPERATIVAS

2. Organizações de extrativistas

Grande parte da produção é organizada por grupos de extrativistas, em associações, cooperativas e outras formas de gestão, com diferentes estratégias de comercialização, visando reduzir os intermediários e aumentar as iniciativas de agregação de valor e o acesso a mercados. **Foi de R$1 a R$1,65 a variação do preço pago aos produtores pelo Kg da castanha com casca (safra de 2014).**

FLORESTA

1. Extração

Durante a pré-coleta, o castanheiro prepara a área, identifica e seleciona árvores produtivas, para, depois, extrair os ouriços e quebrá-los, obtendo a castanha. O produto é levado para casa, ou para o armazém comunitário, para a secagem, o armazenamento, o transporte até as usinas de beneficiamento e a posterior comercialização. **76% seria a participação real da mão de obra nos custos da produção.**

CASTANHEIRO

USINAS BENEFICIADORAS

3. Usinas beneficiadoras

A castanha *in natura* é descascada e preparada para o fornecimento das amêndoas (quebradas ou inteiras, com ou sem película) como insumo à fabricação de diversos produtos, além da venda direta no atacado ou no varejo. **21,4 milhões de Kg foi a produção, em 2014, das catorze usinas mapeadas pelo estudo.**

PROCESSADORAS

4. Processadoras

Refinam e dão, à castanha, padrão homogêneo e outras características exigidas pelas diferentes finalidades industriais, como a produção de determinados alimentos, a exemplo da *nut butter* (manteiga de castanha).

CONSUMIDOR FINAL

8. Consumidor final

Incorpora hábitos de vida saudável e de respeito ao meio ambiente, proporcionados pela castanha-do-brasil e pelos demais produtos da sociobiodiversidade. Nas residências, nos bares, em restaurantes, em hotéis e até em spas, o desafio constitui-se em estabelecer a conexão mais nítida entre o consumo e a conservação da floresta na Amazônia. **96% dos consumidores afirmam comprar cosméticos com ingredientes naturais, segundo o Barômetro da Biodiversidade 2014.**

5. Indústrias de transformação

Obtêm a matéria-prima junto às usinas beneficiadoras ou às processadoras, para fabricar pães, biscoitos, torradas, bolos, barras de cereais e chocolates. Um dos segmentos processa a castanha-do-brasil para fornecer o óleo bruto e refinado à indústria de cosméticos. **372 mil Kg foi a demanda de castanha para fabricar pães nas indústrias alimentícias pesquisadas.**

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

VAREJO

6. Atacadistas distribuidores

Fazem a ligação das usinas beneficiadoras com o varejo. Alguns distribuidores são também importadores e compram a castanha-do-brasil para compor linhas de aperitivo junto com frutas secas e outras amêndoas. Além disso, o setor terceiriza o fracionamento da castanha para marcas de redes varejistas.

ATACADISTAS & DISTRIBUIDORES

7. Varejo

Demanda grande quantidade de castanha-do-brasil, funcionando como o elo final entre o produtor extrativista e o consumidor. Assim, as lojas e os supermercados exercem importante função na oferta e no desenvolvimento do perfil de consumo. Mas falta o reconhecimento do valor socioambiental dos produtos sustentáveis.

Fonte: Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil. Imaflora, 2015.

RUMO À MUDANÇA DE PARADIGMA

imaflora®
INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

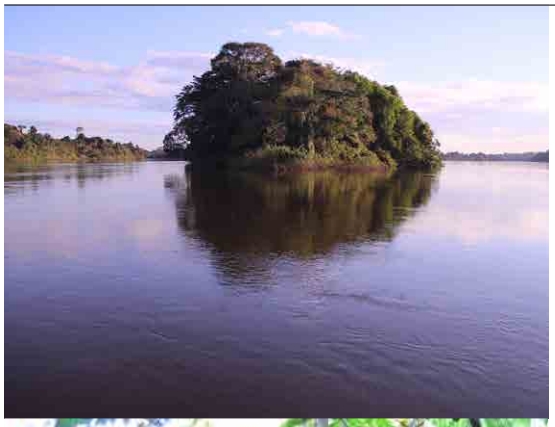
É PRECISO VALORIZAR MAIS A CASTANHA, COM RESPEITO À REALIDADE DA FLORESTA E UMA NOVA LÓGICA AO LONGO DA CADEIA PRODUTIVA

A PARTIR do levantamento de dados e do mapeamento de desafios e de oportunidades, o Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil chegou a resultados que poderão dar suporte estratégico tanto a políticas públicas, como a projetos comunitários e a investimentos empresariais, no sentido de tornar o produto mais reconhecido e valorizado. O futuro é agora: a ocupação de novos espaços no mercado que se diversifica e, cada vez mais, incorpora insumos nativos da Floresta Amazônica pode significar a multiplicação de conquistas econômicas, sociais e ambientais.

De forma especial, ao descortinar o funcionamento dessa cadeia produtiva e os atores envolvidos nos diferentes elos, o trabalho contribuiu para um diálogo mais aberto e transparente, visando à adoção de práticas de comercialização adequadas, pautadas em relações equitativas e no compromisso com as populações extrativistas.

Nesse sentido, os procedimentos de produção e de comércio não devem considerar apenas as práticas de mercado, mas também o respeito à complexidade que envolve os produtos da sociobiodiversidade. A atividade extrativista depende dos ciclos da natureza e apresenta características próprias, como a dispersão geográfica dos coletores, a alta assimetria da informação, os desafios de escala e de organização da produção e a forte atuação de intermediários.

Some-se, a isso, a precarização da indústria, com a falta de incentivos à modernização do parque industrial e à ausência de investimentos em tecnologia e inovação, resultado da concentração das usinas de beneficiamento na mão de poucos. Em ambiente nada competitivo, o Brasil perdeu a liderança das exportações e tornou-se um fornecedor de insumos de baixo valor agregado – a castanha *in natura*. É preciso engajamento e compromisso por parte do poder público, das empresas e das cooperativas de beneficiamento da castanha para quebrar esse atrasado paradigma.



O aumento no consumo interno no ano de 2014 chama a atenção. Nesse quesito, encontram-se, em jogo, dois cenários: de um lado, a recente valorização do dólar, na atual crise da economia brasileira, indica que as exportações do produto voltarão com maior força; de outro, verifica-se a expansão do segmento que consome produtos naturais — uma tendência que veio para ficar, impulsionando o mercado à oferta de alternativas mais saudáveis e seguras, que também respeitem o meio ambiente.

Por conseguinte, o consumidor com esse novo perfil necessita ser educado em relação às características ímpares da castanha-do-brasil. Em especial, o contraste entre a importância do produto para a economia e para as condições de vida na floresta e os baixos valores pagos ao extrativista. O cenário retrata a baixa visibilidade desse insumo da floresta e o hábito de políticas públicas de fomentos e subsídios não saírem do papel.

São necessárias políticas de crédito e de organização comunitária eficientes para ajudar o processo de regulação do preço da matéria-prima nas regiões. As políticas existentes vêm sofrendo, cada vez mais, o sucateamento e dificultando o acesso a elas.

EM PARALELO, mudanças nessa realidade dependem de avanços nos segmentos da indústria de transformação, como fabricantes de pães e chocolates, mapeados na pesquisa. O estudo identifica a necessidade de estratégias de comunicação específicas para o setor: os responsáveis pelas áreas de suprimento dessas empresas precisam saber distinguir a natureza singular da castanha em relação a outros itens da carteira da empresa. O mesmo se aplica aos distribuidores e ao varejo, elo de contato com o consumidor.

Os hábitos de consumo das grandes cidades muito se associam à realidade da floresta e à sua conservação. Na ponta final da cadeia da castanha-do-brasil, o poder de compra tem potencial transformador. E a luta é contra o tempo, diante das urgências da agenda social e dos riscos das mudanças climáticas.

* As fotografias utilizadas nesta publicação fazem parte do Acervo Imaflora e têm a finalidade de ilustrar os processos e de promover as comunidades e as propriedades certificadas.

** Para democratizar ainda mais a difusão dos conteúdos publicados no Imaflora, as publicações estão sob a licença da Creative Commons (www.creativecommons.org.br), que flexibiliza a questão da propriedade intelectual. Na prática essa licença libera os textos para reprodução e utilização da obra com alguns critérios: apenas em casos em que o fim não seja comercial, citada a fonte original (inclusive o autor do texto) e, no caso de obras derivadas, a obrigatoriedade de licenciá-las também em Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>. **Você pode**: Copiar, distribuir, exibir e executar a obra; Criar obras derivadas. **Sob as seguintes condições**: Atribuição - Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; Uso Não Comercial - Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais; Compartilhamento pela mesma Licença - Se você alterar, transformar, ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

imaflora®

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

Acesse nossos canais

- imaflora.blogspot.com
- linkedin.com/company/imaflora
- facebook.com/imaflora
- twitter.com/imaflora

Instituto de Manejo e
Certificação Florestal e Agrícola
Estrada Chico Mendes, 185
Piracicaba / Brasil
CEP 13426-420

+55 19 3429 0800
www.imaflora.org

GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION

FUNDO VALE